LEI Nº 702/2025

“Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura (CMC) e o Fundo Municipal de Cultura (FMC) e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Laguna Carapã, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Laguna Carapã/MS, o Conselho Municipal de Cultura (CMC) como órgão colegiado, autônomo, formado pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, de caráter permanente, com ações deliberativas, fiscalizadoras e consultivas, que tem como finalidade básica acompanhar, monitorar e avaliar as políticas públicas e ações direcionadas à cultura, bem como propor e formular diretrizes da política municipal para promoção de todas as formas de expressão cultural e artística, integrar o Sistema Municipal de Cultura e difundir a importância e valorização destes aspectos como um dos pilares para a formação da identidade da comunidade de Laguna Carapã/MS.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura (CMC), vinculado e não subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, é composto por 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, assim discriminados:

I – 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes representantes do Poder Executivo Municipal, indicados dentre as áreas abaixo relacionadas:

- a)** Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- b)** Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- c)** Secretaria Municipal de Assistência Social.

II - 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes da sociedade civil organizada, representantes de entidades e/ou movimento cuja direção contemple a participação de crianças e adolescentes e atue em defesa dos direitos deles, constituídas e em funcionamento há pelos menos um ano.

§ 1º. São requisitos para a nomeação do Conselho Municipal de Cultura:

I - reconhecimento da idoneidade moral; e

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

§ 2º. As entidades mencionadas no inciso II deste artigo devem ter área de atuação no Município.

§ 3º. Os titulares e respectivos suplentes representantes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Prefeito, que poderá destituí-los *ad nutum*.

§ 4º. O mandato dos conselheiros titulares e respectivos suplentes será de dois anos, admitindo-se a reeleição ou indicação subsequente por uma única vez.

§ 5º. Serão considerados eleitos os candidatos ao CMC que obtiverem o maior número de votos dentre os delegados.

§ 6º. Será considerada, para efeito de desempate, a idade, prevalecendo aquela que for maior or.

§ 7º. Nos casos de vacância do titular ou suplente assumirá a representatividade do segmento o candidato subsequente eleito.

§ 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - faltar injustificadamente a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 02 (dois) anos;

II - for condenado por crime ou contravenção penal; e

III - se desligar da entidade que representava à época de sua eleição.

§ 9º. Os suplentes substituirão seus respectivos titulares em caso de ausência ou impedimento garantido o direito a voto, podendo ainda participar das reuniões, mesmo com a presença do titular, caso em que não terá direito a voto, ficando resguardado o direito à voz.

Art. 3º A função de membro do CMC é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em hipótese alguma.

Art. 4º A nomeação dos membros do CMC, a ser feita pelo Prefeito, dar-se-á no dia útil subsequente ao do vencimento do mandato.

§ 1º. Na mesma data da nomeação a que alude o caput deste artigo e subsequentemente ao ato, o CMC, em reunião que realizará com o quórum mínimo de dois terços de seus membros, elegerá a Diretoria Executiva, a ser composta de Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro, com mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º O Presidente da Diretoria Executiva presidirá o CMC, competindo-lhe ainda a representação oficial, ativa e passiva, em juízo ou fora dele.

§ 3º A Diretoria Executiva a que aludem os parágrafos 1º e 2º deste artigo terá suas demais funções fixadas em Regimento Interno do CMC.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO:

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Cultura (CMC):

I - manifestar-se sobre matéria relacionada com a cultura, no âmbito do Município;

II - interpretar a Legislação Cultural Municipal, Estadual e Nacional, elaborando instruções sobre sua aplicação e zelar pelo seu cumprimento;

III - apresentar, anualmente, o Plano de Atividades para o Exercício seguinte;

- IV** - Propor o Calendário Municipal de atividades culturais;
- V** - Estimular e orientar as atividades culturais do Município;
- VI** - Propor a política cultural do Município;
- VII** - Manifestar-se sobre convênios, patrocínios e incentivos à cultura, celebrados entre a Municipalidade e entidades privadas ou públicas;
- VIII** - Acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre as aplicações dos recursos financeiros e materiais destinados pelo Município ao Fundo Municipal de Cultura;
- IX** - Estabelecer regime de mútua colaboração com órgãos similares de outros Municípios e Organismos Estaduais e Federais;
- X** - Instruir e regulamentar o Registro Municipal de Entidades, Organismos e Instituições Culturais, bem como opinar no fornecimento de Alvará de funcionamento;
- XI** - Apoiar a realização de congressos, seminários, fóruns, encontros, conferências, cursos e oficinas do interesse da cultura em geral;
- XII** - Elaborar a proposta orçamentária para o Fundo Municipal de Cultura (FMC);
- XIII** - Elaborar o regimento interno em consonância com o que preconiza esta Lei;
- XIV** - Compete ao Conselho Municipal de Cultura (CMC) a tarefa de normatizar e elaborar os editais públicos para acesso aos recursos pelo Fundo Municipal de Cultura (FMC).

SEÇÃO IV DAS VEDAÇÕES

Art. 6º É expressamente vedado aos membros do conselho municipal:

- I** - auferir qualquer provento no exercício da atividade-fim em proveito próprio;
- II** - publicar ou distribuir em seu nome, trabalhos, notas, pareceres, resoluções e outros;
- III** - reter documentos, arquivos eletrônicos e mensagens eletrônicas quando confiado a sua guarda;
- IV** - Assinar documento individualmente, pertinente ao conselho sem autorização do presidente;
- V** - Desempenhar atividades não compatíveis, com atribuição prevista nesta legislação, em nome do Conselho Municipal de Cultura (CMC).

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º As matérias pertinentes ao funcionamento do CMC serão disciplinadas em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura (CMC), terá noventa (90) dias, a partir de sancionada esta lei, para elaborar e aprovar o seu regimento interno e encaminhar o projeto ao Gabinete do Prefeito para sua aprovação por meio de Decreto Municipal.

Art. 8º Caberá à Administração Pública Municipal fornecer recursos humanos e estrutura técnica,

administrativa e institucional necessários para o adequado e permanente funcionamento do Conselho Municipal de Cultura (CMC), devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal de Cultura (FMC).

Art. 9º Cabe ao Presidente do CMC declarar o vago cargo se ocorrer algumas das hipóteses previstas no § 8º do art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único. Em caso de vaga do Conselheiro, assumirá o seu respectivo suplente.

Art. 10 As deliberações do Conselho Municipal de Cultura (CMC) deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. A publicação deverá ocorrer na primeira oportunidade subsequente à reunião Plenária na qual houve a deliberação.

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (FMC)

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO

Art. 11 Fica criado o Fundo Municipal de Cultura (FMC), para Incentivo e Fomento às Atividades Culturais de Laguna Carapã/MS.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS

Art. 12 O Fundo Municipal de Cultura (FMC) tem como seu principal objetivo promover o desenvolvimento, a descentralização e a democratização do acesso aos bens e serviços culturais e artísticos em favor de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas em todo o território municipal, e garantir a implantação de ações eficientes, representativas e capazes de incentivar e financiar a produção, o fazer artístico, a circulação e a distribuição cultural, bem como a promoção de atividades de integração e de inclusão sociocultural.

§ 1º. O Fundo Municipal de Cultura (FMC), é uma entidade contábil sem personalidade jurídica, porém deve ter registro próprio no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), destinada a financiar ações e projetos que visem ao fomento e desenvolvimento da Cultura municipal.

§ 2º. Deverá ocorrer a abertura de uma conta bancária especial nos termos da legislação pertinente para captação e movimentação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura (FMC), sendo os ordenadores das despesas o Prefeito e o Tesoureiro da administração municipal.

SEÇÃO III DOS RECURSOS

Art. 13 Os recursos do Fundo Municipal de Cultura (FMC) serão administrados pelo Conselho Municipal de Cultura e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1º . A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fará o controle financeiro da aplicabilidade dos recursos e a avaliação da prestação de contas dos projetos beneficiados pela presente Lei.

§ 2º. Os recursos para serem aplicados na execução e manutenção dos projetos, serão liberados somente após aprovados pelo CMC.

SEÇÃO IV DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 14 São beneficiários do FMC, entidades públicas, privadas e organizações não-governamentais.

SEÇÃO V DAS VEDAÇÕES

Art. 15 Os estudantes e professores da rede pública municipal e estadual de Laguna Carapã/MS, estarão isentos de pagamento de ingresso, convite ou taxa para acesso aos bens e atividades culturais que tenham o financiamento integral pelo FMC.

SEÇÃO VI DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 16 São fontes de recursos do Fundo Municipal de Cultura de Laguna Carapã/MS:

I - previsões orçamentárias no Plano Plurianual (PPA), LDO e LOA do Poder Executivo;

II - doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, ou de instituições e organizações públicas ou privadas de âmbito municipal, estadual, federal e internacional;

III - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos firmados entre órgãos e instituições público-privadas;

IV - recursos de outras fontes ou rendas.

SEÇÃO VII DOS FINANCIAMENTOS

Art. 17 O Fundo Municipal de Cultura (FMC) poderá financiar em até 100% (cem por cento) o valor total solicitado de cada projeto cultural, quando aprovado pelo conselho, com parecer favorável em votação, com maioria simples e registrados em ata.

§ 1º . O projeto cultural deverá estar acompanhado de planilha orçamentária, onde fiquem discriminados todos os custos e todas as etapas de execução do mesmo;

§ 2º . A Prestação de Contas deverá estar especificada no cronograma de cada projeto;

§ 3º . Caso o projeto não seja executado na sua integralidade, o agente cultural deverá devolver ao FMC o valor do percentual correspondente à etapa não concluída.

Parágrafo único. As transferências de valores dos financiamentos dos projetos deverão ser efetuadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para a conta corrente específica, em nome do agente cultural, responsável técnico pela execução do projeto, após o recebimento do documento de habilitação emitido pelo Conselho Municipal de Cultura de Laguna Carapã e pelo órgão responsável por gerir a Cultura no município.

Art. 18 O Fundo Municipal de Cultura (FMC) abrangerá e dará cobertura e apoio financeiro às atividades

e produções culturais através da apresentação de projetos, devidamente aprovados, de acordo com os setores de segmentos dos Conselhos Nacional e Estadual de Cultura, como por exemplo os seguintes:

I - Artes Cênicas – circo, dança, teatro e ópera;

II - Artes Gráficas;

III - Artes Plásticas – artesanato, escultura, pintura, entre outras;

IV - Artes Visuais – cinema, fotografia, vídeo e outras formas audiovisuais;

V - Carnaval e Festas Populares;

VI - Folclore e Tradição;

VII - Literatura – biblioteca, pesquisa e publicação de livros;

VIII - Música e registros fonográficos;

IX - Museus, arquivos e acervos de patrimônio histórico; e

X - Pontos de cultura.

SEÇÃO VIII DA VIGÊNCIA

Art. 19 O Fundo Municipal de Cultura terá vigência por tempo indeterminado e, em caso de extinção ou encerramento do Fundo, os bens e direitos remanescentes serão destinados e incorporados ao patrimônio do Município de Laguna Carapã/MS, na forma da Lei.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal de Cultura, sem ônus para o Fundo Municipal de Cultura.

Art. 21 Fica revogada a Lei Municipal nº 288 de 23 de novembro de 2007.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laguna Carapã/MS, 08 de setembro de 2025.

ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por LUIS EDUARDO TELES MATEUS